

O testemunho midiático como figura de historicidade: implicações teórico-metodológicas

*The media witnessing as a figure of historicity:
theoretical and methodological implications*

*El testimonio mediático como figura de historicidad:
implicaciones teóricas y metodológicas*

Bruno SOUZA LEAL
Elton ANTUNES

Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación
N.º 129, agosto - noviembre 2015 (Sección Ensayo, pp. 213-228)
ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X
Ecuador: CIESPAL
Recibido: 13-08-2015 / Aprobado: 24-01-2016

Resumo

Este artigo explora a noção de testemunho midiático como uma figura de historicidade, em três movimentos reflexivos complementares. Primeiro, recuperam-se elementos importantes dos estudos acerca do testemunho midiático. A seguir, as noções de historicidade e de figura são revistas, de modo a articulá-las ao testemunho midiático. Por fim, observam-se algumas relações importantes presentes nos usos do termo testemunho, para apreender, ao menos em parte, as suas implicações como um operador heurístico para os estudos comunicacionais.

Palavras-chaves: jornalismo; testemunho; mídia; narrativa.

Abstract

This article explores the notion of media witnessing as a figure of historicity in three complementary reflexive movements. First, key elements of studies on media witnessing are recovered. Then, the concepts of historicity and figure are reviewed in order to articulate them with that of media testimony. Finally, we observe some important relations in the uses of the word testimony to apprehend, at least in part, its implications as heuristic operator in communication studies.

Keywords: journalism; testimony; media; narrative

Resumen

Este artículo explora la noción de testimonio mediático, como una figura de historicidad, en tres movimientos reflexivos complementarios. En primer lugar, se recuperan los elementos importantes de los estudios sobre el testimonio mediático. Luego, se revisan las nociones de historicidad y figura con el fin de articularlas a las de testimonio mediático. Por último, observamos algunas relaciones importantes presentes en los usos del término testimonio para aprehender, al menos en parte, sus implicaciones como operador heurístico de los estudios comunicacionales.

Palabras claves: periodismo; testimonio, medios, narrativa

1. Introdução

Diversos estudos recentes (Ellis, 2000; Frosh & Pinchevski, 2011; 2014) têm buscado refinar uma definição de testemunho no campo de estudos da comunicação, pondo em evidência seu potencial heurístico. O uso do termo “testemunho” midiático articula, nesses estudos, uma visada dupla: por um lado, permite refletir sobre os aspectos político-interpretativos, contextuais, de confiança e crença (Ashuri & Pinchevski, 2011; Serelle, 2009) que envolvem a relação do jornalismo e outros processos midiáticos em suas peculiaridades, seus profissionais e os acontecimentos sociais. Por outro lado, constitui uma forma de apreender a relação dos públicos, das pessoas comuns, com as realidades apresentadas na televisão, no jornal, no rádio, na internet e nos mais diferentes dispositivos. Para Frosh e Pinchevski (2011), cuja tentativa parece dimensionar o problema em questão, o testemunho midiático é sobretudo um fenômeno culturalmente significativo, que diz respeito não somente à produção midiática, da qual seria inseparável, mas a novas modalidades de interação entre mídias e públicos e, por conseguinte, modificando as maneiras de permitir a experiência social.

O testemunho, portanto, se inseriria no quadro do fundo-comum – “repositório de conhecimentos díspares formados por noções, pré-juízos, informações, relatos de ordem diversa” (BRESCIANI, 2004, p.403)– da experiência jornalística e midiática de configuração dos acontecimentos. Os mais diferentes sujeitos – público, profissionais e os diversos agentes que interagem no processo de fabricação do jornalismo e dos demais produtos midiáticos– se alinham, nessa perspectiva, perante relatos de episódios que encenam as diferentes dimensões da vida social. A condição de testemunho *do, através e no* relato jornalístico dos acontecimentos, por exemplo, é em geral tomada como fator crucial para não apenas atestar a veracidade do ocorrido, mas também como lugar privilegiado para representar e fazer figurar diferentes acontecimentos. Há claramente, na discussão, uma premissa “referencial”, ou seja, o testemunho se apresenta como um caminho promissor para refletir e apreender como os acontecimentos sociais são construídos nos e pelos relatos midiáticos e pelos indivíduos que com eles interagem. Nesse sentido, o uso de termo serve ao esforço de caracterizar uma nova forma de experiência do mundo, desenvolvida inevitavelmente com os processos midiáticos.

Este artigo, por sua vez, reconhecendo que a dimensão referencial do testemunho seja de fato fundamental e potencialmente instigante, busca refletir sobre uma consequência básica na adoção do termo nos estudos comunicacionais: a questão da historicidade. Reivindica-se que o testemunho tem uma relação íntima com a historicidade, constituindo-se como um modo a partir do qual algumas das relações temporais que perpassam os produtos midiáticos e os processos comunicacionais adquirem forma, “figuram-se”. Em outras palavras, a reflexão proposta aqui toma o testemunho midiático como uma figura de historicidade, através da qual uma gama peculiar de relações se deixa apreender.

Aprender o testemunho midiático como figura de historicidade, nesse sentido, não é recusar o caráter referencial reivindicado por diferentes produtos postos em circulação pelas mídias, mas tomá-lo como um problema. No percurso reflexivo proposto, nos limites deste artigo, realizam-se três movimentos. Primeiro, recuperam-se alguns elementos importantes da noção de testemunho midiático. A seguir, as noções de “historicidade” e de “figura” são revistas, de modo a articulá-las ao “testemunho midiático”. Por fim, observam-se algumas relações importantes presentes nos usos do termo testemunho, para apreender, ao menos em parte, as suas implicações como um operador heurístico importante para os estudos comunicacionais.

2. Em torno do testemunho

Em 2000 o britânico John Ellis, ao lançar o seu *Seeing things*, defendeu que o século XX, também chamado o “século das imagens”, estabeleceu um novo modo de experiência. Através inicialmente da fotografia e do cinema, mas intensificado de modo peculiar pela televisão e depois pela internet, esse modo de experienciar, de saber e pertencer ao mundo, foi por Ellis denominado de *witnessing*. Não se trata, aqui, do testemunho forte, da tradição religiosa e dos eventos traumáticos, como aqueles vinculados à Segunda Guerra Mundial, mas de outro, “mundano”, como mais tarde definiu Ellis (2011). Esse testemunho midiático caracteriza, por um lado, um modo de agir das mídias, especialmente audiovisuais, em relação tanto ao que narram quanto ao modo como o fazem. Por outro lado, caracteriza também, talvez mais fortemente até, um regime de espectadorialidade, um modo peculiar, nascido na convivência com as imagens midiáticas, de entendê-las, absorvê-las e lidar com elas. Segundo Ellis, o testemunho midiático,

...engendra um tipo específico de familiaridade com aqueles com os quais nós não nos conhecemos efetivamente. Nós ‘conhecemos’ a cidade de Bazra, como ‘conhecemos’ Paris Hilton ou Fiona Bruce. Eles são ao mesmo tempo familiares e difíceis de serem localizados dentro do campo de nossas próprias experiências. Os conhecidos eventos e rostos da mídia, flutuam em um incômodo espaço entre aquele da desatenção civil e do saber pessoal. Este é um novo estado do saber cotidiano que pode ser sintetizado como sendo ‘conhecido desconhecido’. (Ellis, 2011, p. 85, no original em inglês)

Diante da disponibilidade talvez excessiva dos discursos e narrativas midiáticas sobre os mais diferentes assuntos, a discussão em torno do testemunho midiático articula, então, modos como os processos midiáticos informam – tanto no sentido de “dar forma” quanto de “produzir informação”, “conhecer” – os acontecimentos e como esses são incorporados pelas pessoas. Como definem Ashuri e Pinchveski, o debate e a discussão em torno do testemunho midiático

combina a reflexão sobre “... a evolução das tecnologias midiáticas –produção, transmissão e representação– com questões de fôlego referentes à moralidade e à responsabilidade da audiência” (Ashuri & Pinchevski, 2011, p. 133, no original em inglês).

Entre a leitura dos acontecimentos entabulada pelos diferentes processos midiáticos e a sua apreensão pelas pessoas, situa-se, de modo fundamental, o texto midiático, aquele que, conforme lembra Peters (2011), se propõe a “dar testemunho”. Com isso, o testemunho midiático se afasta mais claramente de tradições acerca do testemunho pensadas no âmbito histórico, jurídico, religioso, etc. Não se trata aqui, afinal, do testemunho individual, mas de textos midiáticos semioticamente complexos, planejados e estratégicos, frutos de processos produtivos de organizações, que medeiam interações intersubjetivas em grande escala, e que são marcados fortemente por interesses econômicos, político-ideológicos, relações de anonimato e de regulação específicas. Buscando articular informação e experiência, os textos midiáticos apresentam desafios específicos referentes à sua veracidade e sua confiabilidade, sendo dependentes de parâmetros genéricos, da sua identificação ou não, por parte dos espectadores, com outros textos da mesma qualidade e com as regras e expectativas que os regem.

Através da noção de testemunho midiático, portanto, busca-se apreender transformações históricas que configuram modalidades de experiência do mundo, através e nos relatos midiáticos. Essas transformações envolvem desde a evolução técnica dos processos e produtos midiáticos, como os modos como os relatos são produzidos e circulam, como se relacionam com os eventos e também os seus diversos interlocutores, sejam eles fontes ou públicos. Quando Ellis reivindica o uso do termo, ele certamente tem como horizonte a experiência contemporânea de espetatorialidade produzida pelos e nos processos midiáticos. No entanto, esse modo de estar no mundo não só se vincula ao conjunto de transformações que fizeram –de modo claro ao longo do século XX e certamente desde antes– dos processos midiáticos elementos fundamentais da experiência social, como ele mesmo pode ter adquirido novas configurações e papéis nos tempos atuais.

Assim, o testemunho midiático tem um caráter histórico que radica em complexos laços que mantêm com diferentes dimensões da experiência temporal, como a memória, a tradicionalidade, a (re)construção do passado, a (re) invenção de formas textuais e modos de interação, a contínua projeção de futuros. Quando se apreende uma matéria jornalística ou novela, por exemplo, sob a luz da noção de testemunho midiático, busca-se alcançar a complexa relação referencial que os relatos midiáticos guardam com os eventos que narram; a experiência ofertada aos espectadores e por eles experienciada; e, além disso, o modo como esse texto específico se situa em relação aos textos que o antecederam, ou seja, sua própria condição de testemunha e de vestígio do processo midiático, dotado de sua própria historicidade, no qual emerge (e isso tanto em nível macro quanto micro).

3. Historicidade, memória, (con)figuração

Visto sob essa perspectiva, a noção de testemunho midiático parece ser um instrumento heurístico importante para romper com o presentismo analítico, característico em muitos estudos no Campo da Comunicação, uma vez que mantém uma relação intrínseca com a historicidade dos processos e fenômenos comunicacionais. Em outras palavras, o testemunho midiático pode ser visto como uma chave analítica que abre condições para a investigação da *condição histórica* desses processos e fenômenos. Expressão preferida por Ricoeur à *historicidade*, a *condição histórica* caracteriza uma realidade intransponível ao ser humano: o fato que ele mesmo e seu mundo são construções históricas. “Fazemos a história e fazemos a história porque somos históricos”, diz Ricoeur (2007, p. 300). Assim, a historicidade designa “a condição de ser históricos” do ser humano, uma vez somos simultaneamente imersos na história, condicionados por ela e também os seus agentes. A recusa ao termo “historicidade” é justificada, por Ricoeur, em função dos equívocos “resultantes de sua história relativamente longa”.

Já François Hartog mantém a utilização do termo “historicidade”, também no sentido de “condição histórica”, agora posto em contraste com “temporalidade”. Enquanto este “convoca o padrão de um tempo exterior”, historicidade caracteriza a experiência temporal que é instituída numa dada realidade social, nas suas diversas dimensões. Tomados então como sinônimos, portanto, ambos os termos, condição histórica e historicidade buscam designar a experiência temporal humana, tal como ela é vivida e constituída no agir humano. Hartog é claro na sua justificativa do uso do termo historicidade, nesse sentido:

Pode-se enfatizar seja a presença do homem para si mesmo enquanto história, seja sua finitude, seja sua abertura para o futuro (como ser-para-a-morte em Heidegger). Retenhamos aqui que o termo expressa a forma da condição histórica, a maneira como um indivíduo ou uma coletividade se instaura e se desenvolve no tempo (...) Sim, se por ‘historicidade’ se entender esta experiência primeira de estrangement, de distância de si para si mesmo que, justamente, as categorias de passado, presente e futuro permitem apreender e dizer, ordenando-a e dando-lhe sentido (Hartog, 2013, p. 12)

Nesse sentido, o chamado de Ricoeur para a importância da “consciência histórica”, feito em *Tempo e Narrativa*, remete ao reconhecimento dessa condição histórica fundamental e ao fato de ser impossível apreender a realidade humana fora da História. Em Ricoeur, o reconhecimento da condição histórica do ser humano implica atentar-se para as complexas relações com o passado, incluindo aí as diversas experiências da memória, e com o futuro, este na forma de expectativa, esperança, utopia, prognóstico etc. Para Hartog, a historicidade como objeto e lugar de conhecimento (inclusive na forma dos “regimes de his-

toricidade”) é parte do esforço crítico de apreender –compreender, contextualizar, historicizar– a experiência contemporânea do tempo, entre outras, caracterizada em interpretações hegemônicas como presentista e materializada nas imagens de um eterno presente ou de mesmo de uma história distante e alheia ao agir e à experiência humana (Hartog, 2013).

Tendo isso em vista, pensar a historicidade dos processos e/ou produtos comunicacionais implica um gesto propositivo de, por um lado, complementar e/ou ampliar visadas analíticas centradas numa dada situação de comunicação, abordadas que sejam por diferentes “portas de entrada” (Braga, 2000; 2011). Por outro, superar a redução de “abordagens históricas” que se resumem à produção ou mobilização de “informações históricas”, numa visada midiacêntrica (Hepp, 2012) e/ou institucional (Nord, 2008). Não é infrequente encontrarmos, no âmbito dos estudos em jornalismo, por exemplo, reflexões que apreendem um dado fenômeno (uma cobertura jornalística, um programa, uma mídia informativa, etc.) apenas em sua configuração atual, nos modos como se apresentam para o analista, sem maiores preocupações com sua emergência histórica. Quando essa preocupação surge, frequentemente adquire a forma de um “contexto” externo ao evento, e cuja caracterização não necessariamente esclarece ou informa o fenômeno analisado. Dizer que um tal jornal foi criado no ano X ou Y, e indicar as fases pelas quais passou, sem que isso de fato repercuta no entendimento proposto é um recurso retórico frequentemente encontrado em diferentes trabalhos. Reitera-se aí uma abordagem análoga a uma historiografia cientificista, em tudo avessa a uma perspectiva mais “benjaminiana” que, como caracteriza Gagnebin (1994), ao contrário de pensar uma relação “extensiva do objeto no tempo, colocado como por acidente num desenrolar histórico heterogêneo à sua constituição”, mostra que se deve considerar também a possibilidade de vislumbrar história e temporalidade “concentradas no objeto: relação intensiva do objeto com o tempo, do tempo no objeto” (Gagnebin, 1994, p. 13).

Para apreender a historicidade de um dado texto ou processo, é importante observar, então, como ela figura nas (e configura as) relações que o constituem e que o fazem emergir no horizonte social. “Figura”, aqui, é apreendida a partir da perspectiva defendida por Norbert Elias, que diz,

Por configuração [ou figuração, conforme a tradução] entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas ações nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que essa configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou adversários. (Elias, 2008, p. 142)

Não se trata, portanto, na discussão da historicidade dos processos comunicacionais, de observar a inserção de fenômenos numa história social mais

ampla e que lhe serviria de fundo ou contexto. Trata-se, numa chave oposta, de observar e refletir como as relações temporais figuram nos fenômenos, a partir e para cada um desses processos, num amálgama heterogêneo de tensões, em que os diferentes atores que os integram agem e interagem entre si. Pensar uma “figura de historicidade”, portanto, implica considerar a forma que as relações temporais adquirem, na sua articulação complexa, em relação ao evento narrado, aos agentes produtores, à lógica midiática, à configuração narrativa, à expectativa de recepção e os modos como os indivíduos e grupos se apropriam desses textos e referências.

Andreas Hepp, desenvolvendo, no âmbito dos estudos de comunicação, a noção de Elias, observa que uma “figuração comunicativa” implica necessariamente quatro instâncias: uma constelação de atores; um enquadramento temático; formas de comunicação, ou seja, *concrete patterns of communicative practice* que incluem desde formas de comunicação interpessoal à comunicação de massa ou via computador; um conjunto de mídias, ou seja, “a totalidade dos meios de comunicação através do qual ou em que exista uma figuração comunicativa” (Hepp, 2013, p. 11, no original em inglês).

Tomar o “testemunho midiático” como uma “figura de historicidade” implica, portanto, problematizar a ilusão referencial e o conhecimento do mundo produzido nas relações midiáticas, tomando-os como lugares de tensão, perpassados por relações temporais diversas. Menos que entender, por princípio, que qualquer texto midiático é necessariamente produtor de testemunho, propõe-se, então, tensionar os dois termos que compõem a expressão (“testemunho” e “midiático”) e observar, num dado relato, como as relações temporais e referenciais se fazem ali presentes, ou seja, “figuram-se”.

Dois rápidos exemplos podem ser úteis, aqui. É tradição das chamadas “novelas das seis” serem “de época”, ou seja, contarem uma história ocorrida num tempo passado. Uma dada novela, digamos que se passe nos anos 70, oferece um “testemunho” dessa época, ou seja, se apresenta como uma fala, um discurso, uma narrativa que informa sobre aquele tempo, seus comportamentos e modos de ser. No entanto, como toda novela, ela é destinada a um público atual, contemporâneo, apresentando-se, portanto, como um relato sobre um passado para, sob a luz de, um dado presente. Nessa chave, que presente(s) e que passado(s) são configurados nessa novela? Como ela informa sobre aquele “outro” tempo e o articula ao tempo de hoje? Como ela, para além de sua preocupação referencial e comunicativa, se situa como (mais) uma novela de época, em relação às novelas anteriores, às novelas atuais e mesmo às do “futuro”?

Outro exemplo pode ser encontrado nas páginas dos jornais ou nos blocos dos telejornais. Todo jornal (impresso ou não), de referência e de caráter generalista, traz em seu interior notícias de crimes. A notícia de um crime particular articula os acontecimentos imediatamente passados e a preocupação comunicativa do relato (e da mídia que o suporta) com seus leitores/ouvintes/espectadores. Ao mesmo tempo, essa notícia é mais uma, entre outras, do passado, do

presente e do futuro, que falam de crimes e que se organizam a partir de certos padrões narrativos. Pensar essa notícia como um “texto testemunhal”, portanto, é apreender a complexa articulação temporal que nela se configura, na referência ao acontecimento “que lhe dá origem”, com seus interlocutores e como texto noticioso.

Tomar os textos midiáticos como “figura de historicidade” é, portanto, reconhecê-los como uma espécie de amálgama de processos mais amplos, sendo preciso então ultrapassar qualquer perspectiva de reduzir sua ação de testemunhar e sua condição de testemunho a um meio. Pois esse é um caminho por onde se instala, por exemplo, a ideia forte no campo comunicacional de que o texto é testemunhal por ser capaz de permitir o trânsito entre o tempo da cena de um evento e sua narrativa, oferecendo uma dada representação da realidade a partir do estabelecimento de certas formas de temporalidade. A testemunha ocular ou o relato a partir da imersão numa dada situação são convocados como figuras típicas para tal perspectiva comunicacional, marcando, por exemplo, a identidade da prática jornalística. De diferentes maneiras, nessa perspectiva, parte-se não apenas da distinção mas da *disjunção* entre testemunhar e testemunho, do estar “in loco”, se fazer presente, e o ato de conferir autoridade moral a um depoimento, um testemunho, ambos alicerçados na expectativa de validação factual do ocorrido e fidelidade na narração da experiência como garantia de veracidade. O testemunhar, um processo, oferece-se no caso como método de trazer o presente de um saber experiencial para dentro do relato, configurando então um testemunho, um produto cuja propriedade seria conferir certificação moral de algo agora passado ante um olhar “vindo do futuro”. Nesse sentido, a condição testemunhal do texto midiático afigura-se mais na sua possibilidade epistêmica, de um saber sobre o mundo, ou de modos de reconstruir acontecimentos em detalhes verificáveis, um elemento de prova, e menos a partir de sua capacidade performativa de indiciar “mundos”.

O paradigma do testemunho inspirado no conceito de trauma (por exemplo, em Seligman-Silva, 2008 e Agamben, 2008, entre outros), no entanto, inscrito em um modelo que sinalizava para uma crise das formas de representação, já abolira a perspectiva de pensar uma *distância temporal* entre o testemunho e o evento. O testemunho, como gesto de memória, é um traço da catástrofe que ocorrera, um vestígio da destruição e não sua mera representação. O texto midiático testemunhal, por sua vez, lida com problemas de representação da realidade, mas opera segundo novos regimes de temporalidade. Uma de suas especificidades residiria numa espécie de rotinização do testemunho, que esvazia sua condição de arquétipo de uma ação política moral –não procura provocar identificação e empatia, ou solidariedade e ação, como em diferentes regimes do testemunho– e embebe-se de uma racionalidade que reivindica, no mesmo movimento, familiarização, distanciamento e, em especial, o estabelecimento de um presente precário do testemunho. Ou seja, a maneira como o texto midiático articula recorrências e singularidade –estratos temporais que permitem

pensar a historicidade (Koselleck, 2014)– adquire qualidade testemunhal a partir da sua condição de transformar experiência alheia em experiência própria projetando relações de temporalidade para além delas.

Assim, de formação heterogênea e oscilante, a nosso ver o texto midiático vale-se da maneira como visa as experiências –em todas as instâncias comunicativas– do modo como pensa a transmissão de fatos, do jeito com que tangencia a visibilidade dos eventos, do modo como se apresenta para a observação dos fenômenos e da forma como se vale de relações temporais para amalgamar o sentido de unidade textual do processo de significação. Se novamente pensamos no exemplo jornalístico, é possível avaliar “configurações comunicativas” em que a dimensão testemunhal estrutura a temporalidade de uma “certa atenção” presente na situação comunicativa –uma disponibilidade efêmera e imprevisível, seja ela referida às “testemunhas” acionadas na composição dos relatos, ao modo como o dispositivo jornalístico “testemunha” o que apresenta como evento, ou à maneira como posiciona a audiência ante os acontecimentos retratados. Ela opera como uma espécie de “relé” escondido no dispositivo, à moda de um “interruptor” abrindo e fechando “circuitos” comunicativos nos processos de textualização midiáticos. Tais “conexões”, sua forma e modos de operação, dizem das diferentes relações temporais que conformam a historicidade das textualidades midiáticas.

As questões relativas à historicidade dos processos e produtos midiáticos precisam então permitir a articulação de diferentes dimensões: a maneira como o discurso organiza temporalmente o agir humano; os regimes temporais que irão emergir daquilo que irá configurar-se como meio em cada situação comunicativa; o modo como se articulam relações de temporalização nos variados domínios da vida social; e as categorias “sócio cognitivas” que organizam a experiência e orientam a vida cotidiana. As textualidades midiáticas serão sempre formas compostas que arranjam as temporalidades da relação dos sujeitos no uso dos dispositivos à temporalidade das histórias tramadas no âmbito de cada dispositivo e à temporalidade da apropriação que se dá na experiência dos atores sociais.

Nesse sentido, sempre é necessário compreender como um conjunto de relações temporais é proposto e constituído em processos comunicativos e textualidades midiáticas particulares e como, conforme nossa proposição, as diferentes dimensões são interceptadas pela dimensão do testemunho. Quando voltamos ao exemplo das páginas dos jornais ou bloco dos telejornais, vemos que a historicidade em tais textualidades afigura-se transversal ao conjunto das restrições e estratégias que configuram os processos comunicativos. A historicidade é um elemento que ao mesmo faz parte das gramáticas de produção e interpretação e também das condições de produção e reconhecimento de tais textualidades.

Se o nosso foco analítico for, exemplificando, dada modalidade de noticiário e o modo como ele aborda certo espectro de acontecimentos, a historicidade pode ser pensada a partir da maneira como o texto midiático testemunha

os vínculos entre um acontecimento e outros acontecimentos de que trata tal dispositivo, sem postular, como princípio organizador das textualidades, a existência de uma sucessão de acontecimentos com uma temporalidade imaneente. A historicidade não seria apenas um efeito de sentido de uma possível organização narrativa, mas um princípio de organização dos processos de textualização e traço constitutivo das formas enunciativas que aí emergem. Por conseguinte, tais textualidades midiáticas serão marcas de orientação e quadros de referência temporal para a experiência social. E, daí, as textualidades não lidarão apenas com o “tempo de ocorrência” de determinados eventos, ou as condições de apropriação oferecidas textualmente ao “lugar da interpretação”. Não só os acontecimentos, do ponto de vista temporal, não aparecerão como tão facilmente delimitáveis, como, na condição de testemunhos, se esparramarão sobre diferentes temporalidades e terão seu início e fim indicados como pontos de flutuação de operações sujeitas ao contexto sociocultural, à própria dinâmica comunicativa e às modalidades de sua representação nas diferentes configurações comunicativas.

4. O texto testemunhal como vestígio

A abordagem dos acontecimentos midiáticos, diante do exposto até o momento, também se encaminha com novas perspectivas. Nas reflexões de autores tão distintos como Carlo Ginzburg e Giorgio Agambem, por exemplo, observa-se que o testemunho, sendo sempre sobre “algo”, é também sobre si mesmo. Todo texto testemunhal testemunha simultaneamente algo que lhe é externo, vinculado à realidade social, e a si mesmo, na sua emergência histórica, como fenômeno de linguagem, na situação de comunicação que o tornou possível. Essa ambivalência é insuperável, apresentando-se como característica fundamental para o caráter testemunhal de qualquer texto. Nesse sentido, todo texto testemunhal é um vestígio de si mesmo, ou seja, é um fragmento potencialmente significativo de condições históricas que o fizeram emergir como tal. Na condição de vestígio, o texto testemunhal passa a ter um indício de duas textualidades complementares: uma do passado, que o faz fragmento presente, e outra atual, que busca apreendê-lo em sua significância e representatividade, projetando-o a um futuro.

Em um ensaio em torno da relação história e ficção, a partir de elementos vinculados ao testemunho dos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial, Carlo Guinzburg se posiciona claramente: história e ficção são narrativas, mas não se confundem, pois a primeira está sob o jugo da prova e da evidência pertencendo, portanto, a um lugar social específico e atendendo a demandas comunicacionais e institucionais peculiares. Em um dado momento da sua argumentação, Ginzburg recorre ao historiador italiano Renato Serra para refletir sobre a relação entre os documentos –como relatos construídos com recursos retóricos diversos– e a realidade. “Todo depoimento dá testemunho

apenas de si mesmo, do seu momento, de sua origem, de seu fim e nada mais”, recupera Ginzburg, do pensamento de Serra, para, então, concluir:

Nas suas críticas cortantes, [Serra] não contrapunha artificialmente as narrações históricas com os materiais com que são feitos. Serra sabia muito bem que qualquer documento, a despeito de seu caráter mais ou menos direto, sempre guarda uma relação altamente problemática com a realidade. Mas a realidade (“a coisa em si”) sempre existe. (Ginzburg, 1989, p. 229)

Sem entrar no debate de Ginzburg com os que ele chama de “céticos”, cabe ressaltar: primeiro, que documentos, depoimentos, narrativas, “textos”, enfim, não podem ser tomados facilmente como “espelhos” da realidade; segundo, que a emergência de um tal texto faz com que ele carregue as marcas do processo textual e comunicativo que lhe trouxe à vida. Afinal, como lembra Ricoeur (1991), todo e qualquer texto estabelece um “corte” entre o momento em que é enunciado e posto em circulação e o momento em que é reinserido, via ato de leitura, no mundo.

Também se debruçando sobre o testemunho dos sobreviventes de Auschwitz, Giorgio Agamben retoma a tripla origem etimológica do termo “testemunha” (*testes*, *superstes* e *auctor*) para desenvolver uma noção própria para o termo. Diz ele:

Em oposição ao arquivo, que designa o sistema de relações entre o não-dito e o dito, denominamos testemunho o sistema de relações entre o dentro e o fora da langue, entre o dizível e o não-dizível em toda língua –ou seja, entre uma potência de dizer e sua existência, entre uma possibilidade e uma impossibilidade de dizer. (Agamben, 2008, p. 146)

Nota-se que Agamben desenvolve aqui o testemunho como oposição e complementariedade à noção foucaultiana de arquivo, pois enquanto o primeiro se refere ao dentro e o fora da *langue*, o segundo alcançaria o agir no interior dessa mesma língua. Em certa medida, é como se todo dizer fornecesse testemunho de sua existência não apenas como um agir em uma língua, mas da própria existência dessa língua, em suas potencialidades de dizer e não-dizer.

É certo que o padrão de reflexão acerca do testemunho herdado de tais estudos não pode ser transposto sem complicações para outras áreas. Quando se tem em vista situações menos excepcionais e o lidar cotidiano dos textos midiáticos, que frequentemente se oferecem como “testemunhais” do presente em que estamos (Ellis, 2000; 2011), vemos, então, que se abre um abismo talvez incontornável que o termo “testemunho”, ao invés de revelar, também parece apagar. Afinal, parte das discussões sobre o testemunho midiático se situa no âmbito das relações discursivas, do jogo entre o dito e o não-dito estabelecido pelos textos e nos modos de apropriação por parte das pessoas. O sabido e o não-sabido, o

“conhecido desconhecido” adquire então uma dimensão referencial, a partir da qual se pode, então, estabelecer julgamentos acerca de competências, habilidades, atitudes éticas e implicações morais. Mas é também interessante notar que se, a partir da breve recuperação desses dois importantes autores, fica claro que todo testemunho é também marca de sua emergência, como texto, essa relação traz consequências importantes para o campo da comunicação.

Nas reflexões em torno do testemunho midiático, Paul Frosh é um dos que se mostra, em grande parte, bastante consciente da importância e das relações fundamentais que envolvem o texto testemunhal. Ao retomar o ritual judaico do Hagadá, Frosh observa a complexa relação de referencialidade presente nessa relação testemunhal. Parte integrante da Páscoa, o Hagadá envolve a leitura coletivizada de um texto que, remetendo à saída do povo judeu do Egito, insere o leitor e sua audiência na coletividade judaica, afirmando sua identidade e sua fé. Assim, na leitura de Frosh, o Hagadá, mesmo remetendo a uma situação histórica:

É, em parte, sobre publicamente confirmar e conjurar uma crença pessoal e assim compartilhá-la: dar o testemunho da fé de alguém. (...) No contexto do Hagadá, é também uma forma de testemunho, que proporciona a graça e a excitação de participar na experiência ‘divina’ do êxodo, especialmente se abordada do ponto de vista de sua performance e de sua interação com seus leitores (Frosh, 2011, p. 58, no original em inglês, grifos nossos).

Fica clara, nessa passagem, a mudança de perspectiva realizada por Frosh, decisiva na discussão do testemunho midiático. Trata-se, nos termos do autor, de uma abordagem baseada no texto testemunhal e orientada para a recepção. É essa perspectiva que leva Frosh a afirmar que “dar testemunho” não é um ato de um sujeito, mas de um texto testemunhal. “É o texto testemunhal que cria a presença no evento e que produz experiência a partir do discurso”, afirma ele (2011, p. 60). Com isso, na reflexão em torno do testemunho, todo processo de textualidade ganha importância, deixando de ser visto apenas como elemento acessório. Afinal, para que um texto seja visto como testemunhal, ele necessita ser dotado de um conjunto de características comunicacionais e constitutivas. Diz Frosh:

É a aceitação, entre outras coisas, da autoridade de um autor implícito (Booth, 1983) ou mais precisamente de uma intencionalidade ou agência testemunhal implícita, criada pela interação regulada de texto, leitor e contexto, que garante a verdade do evento e o texto que garante o acesso ao seu mundo. (Frosh, 2011, p. 60, no original em inglês, grifos do autor)

O testemunho, portanto, sendo um modo de acesso a eventos e experiências, surge aqui como uma experiência comunicacional, regulada socialmente, na

qual emissores, textos e receptores/audiências interagem no sentido de produzir (ou não) sua validade e seus modos de ser. À medida que o testemunho midiático envolve processos complexos de mediação, que ou excluem ou incorporam a co-presença como um de seus componentes, a atenção à importância do texto testemunhal passa ser vital. O fragmento, nos textos midiáticos, não é simplesmente um resto que existiu ou mesmo um resíduo, como elemento restante de uma trajetória de apreensão dos acontecimentos. O testemunho como vestígio implica formas peculiares de temporalização.

Aqui é possível entender o vestígio a partir da noção de rastro benjaminiano como apreendida em certas perspectivas teóricas. O rastro não é apenas a imagem de uma presença que do já foi mas indica a realidade como um depois (Ginzburg, 2012); não é só marca daquilo que falta, mas o que ultrapassa e perdura, é uma forma de inteligibilidade, é sempre um depois. No caso de exemplificar novamente nas práticas do jornalismo, a condição testemunhal sugere sobretudo os desdobramentos da enunciação jornalística, o “futuro” do noticiado. Na esteira das reflexões de Frosh e Pinchevski (2014), não se apresenta mais a dicotomia temporal entre evento e sua narração. O testemunho midiático “reconceitualiza” o evento, “sua singularidade emerge da sua repetibilidade” (Frosh & Pinchevski, 2014, p. 599).

Por fim, noutra ilustração, quando pensa a condição de rastro da fotografia, também a partir das formulações de Benjamin, Jaime Ginzburg (2012) formula uma chave interpretativa importante para a compreensão da qualidade testemunhal de textos midiáticos:

... a fotografia seria um caso extremo de concretização do rastro. O objetivo carregado de historicidade, que nela está presente, está ausente diante de nós. O tempo cronológico que localiza a data de sua produção se cruza com um tempo dissociativo, em que aparecem expectativas de mudança. Por seu caráter instantâneo, único, a fotografia tem um papel de ruptura: a partir de sua produção, a imagem do passado se altera; sua percepção condiciona as expectativas quanto às hipóteses de futuro. (Ginzburg, 2012, p. 115)

Tal qual um testemunho, visto como vestígio, o texto midiático vai então sedimentando camadas de mediação, em seu processo de emergência; um estoque de rastros que se oferecem tal qual um sítio para escavação. Trata-se de uma unidade não aleatória de informações, trabalho, acontecimentos, representações, conhecimentos, dispositivos de enunciação, procedimentos narrativos, o mundo tornado signo, enfim. Mas essa processualidade do texto tem, na sua forma, um caráter constitutivo de relações temporais. A sequência de “depósito” desses sedimentos forma “estoques de significado” diferentes, produzem conexões significativas e não aleatórias entre os diversos elementos de acordo com os diferentes momentos da emergência do texto. O testemunhal versa sobre a natureza de alguns desses sedimentos. Nesse percurso o processo de textuali-

zação se rearranja de forma contínua em função das diferentes instâncias que o integram. Os significados não se estabelecem definitivamente, mas tomam o sentido possível dependendo do momento temporal da sua inscrição como texto. Como de forma instigante sugere Jaime Ginzburg (2012, p. 112): “Tratar um objeto como rastro implica admitir que ele tem mais de um significado possível. Além de sua presença imediata, nele se encontra uma cifra que pode ser tomada como condição para entender o que houve ou supor o que haverá”. Nesse sentido, menos que afirmar que todo texto midiático é necessariamente testemunhal, entendemos que o mais produtivo é refletir sobre se há e qual seria a qualidade do testemunho produzido nos diferentes produtos midiáticos. Para essa apreciação, é fundamental, claro, observar as relações entre o texto (como parte de um processo comunicacional) e o(s) evento(s) que narra, ou seja, não desconhecer ou desconsiderar as dimensões referenciais que nele se fazem presentes, que nele “figuram-se”. Mas é igualmente fundamental avaliar esse texto como uma “figura de historicidade”, que plasma, de modo peculiar, as diferentes temporalidades que o perpassam e o constituem, e que o fazem vestígio, um fragmento significante de um processo mais amplo que lhe dá forma e sentido.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2008) *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo.
- Ashuri, T & Pinchevski, A. (2011). Witnessing as a field. In Frosh, P. & Pinchevski, A. (org). *Media Witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingtoke: Palgrave Macmillan, p.133-158.
- Braga, J.L. (2000). Constituição do Campo da Comunicação. Fausto Neto, A.; Hohlfeldt, A.; Prado, J.L. & Porto, S.D. (org.) *Práticas Midiáticas e Espaço Público*. Porto Alegre, RS: Edipucrs. Pp. 23-50.
- Braga, J.L. (2011). Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso* (Unisinos. Online), v. 25, p. 62-77.
- Bresciani, M.S.M. (2004). Identidades inconclusas no Brasil do século XX - fundamentos de um lugar-comum. Em Bresciani, M.S.M. & Naxara, M.R. (Org.) *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora Unicamp. V. 1. Pp. 403-429.
- Elias, N. (2008). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Difel.
- Ellis, J (2000). *Seeing things*. Londres: Tauris.
- Ellis, J. (2011). Mundane Witness. In Frosh, P. & Pinchevski, A. (org). *Media Witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingtoke: Palgrave Macmillan. Pp.73-88.
- Frosh, P (2011). Telling Presences: Witnessing, Mass Media, and the Imagined Lives of Strangers. In Pinchevski, A. & Frosh, P. (org.) *Media Witnessing: Testimony in the Age of Mass Communication*. Basingtoke: Palgrave Macmillan. Pp. 49-72.

- Frosh, P. & Pinchevski, A. (org) (2011). *Media Witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingtoke: Palgrave Macmillan.
- Frosh, P. & Pinchevski, A. (2014). Media witnessing and the ripeness of time. *Cultural Studies*, v. 28, n. 4, p. 594-610, 11 mar. 2014.
- Gagnebin, J.M. (1994). *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- Ginzburg, C. (1989). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ginzburg, C. (2007). *O fio e os rastros*. São Paulo: Cia das Letras.
- Ginzburg, J. (2012). A interpretação do rastro em Walter Benjamin. Sedlmayer, S. & Ginzburg, J. (org.) *Walter Benjamin: rastro, aura e história*. Belo Horizonte: ed. UFMG. Pp.107-132.
- Hartog, F (2013). *Regimes de Historicidade*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Hepp, A (2012). *Cultures of mediatization*. Londres: Polity.
- Hepp, A (2013). The communicative figurations of mediatized worlds. Mediatization research in times of the 'mediation of everything'. *Communicative figurations*. N.1. Disponível em <http://goo.gl/7vlhEk>
- Koselleck, R. (2014). *Estratos do tempo: estudos sobre a história*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio.
- Nord, D.P. (2008). History of journalism and history of the book. Zelizer, B. (org). *Explorations in communication and history*. Nova York: Routledge. Pp.162-180.
- Peters, J.D. (2011). Witnessing. In Frosh, P. & Pinchevski, A. (org). *Media Witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingtoke: Palgrave Macmillan. Pp. 23-41.
- Ricoeur, P (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. Unicamp.
- Ricoeur, P (1991). *Do texto à ação*. Porto: Res.
- Ricoeur, P (2010). *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Seligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65-82.
- Serelle, M. (2009). Jornalismo e guinada subjetiva. *Estudos em Jornalismo e Mídia* (UFSC), v. 2, p. 33-44.